

Programa social ganha espaço do trabalho na renda do brasileiro

Movimento é mais forte no Nordeste e chama atenção por ocorrer em momento de emprego aquecido no país

Por **Marsileia Gombata** — De São Paulo
20/08/2024 05h00 - Atualizado há 6 horas



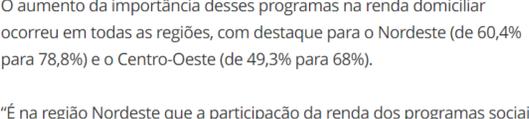
Lucas Assis: "Crescimento da massa foi beneficiado pela valorização do salário mínimo" — Foto: Claudio Belli/Valor

Apesar do vigor do mercado de trabalho, que vem se mostrando mais aquecido que o previsto, os brasileiros hoje dependem mais da renda de programas sociais e menos do trabalho. A participação do mercado de trabalho na renda domiciliar diminuiu nos últimos dois anos, enquanto a de benefícios sociais cresceu, mostra levantamento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Na população total, a participação do trabalho na renda domiciliar passou de 75,3% em 2021 para 74,2% em 2023, enquanto a de programas sociais foi de 2,6% para 3,7%. No Nordeste, região mais pobre do país, esse percentual subiu de 6,8% para 9,7% no período, mostra o estudo "Composição de renda e inserção no mercado de trabalho: uma análise com foco no Nordeste e na população em extrema pobreza", antecipado ao **Valor**.

Na população que se encontra em situação de extrema pobreza, a participação do trabalho na renda caiu de 36,1% em 2021 para 21,6% em 2023. Já a de programas sociais foi de 56% para 73,3%.

Trabalho perde peso na massa ampliada



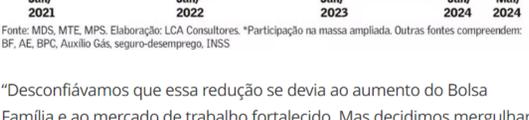
Fonte: IBGE. Elaboração: LCA Consultores.

O aumento da importância desses programas na renda domiciliar ocorreu em todas as regiões, com destaque para o Nordeste (de 60,4% para 78,8%) e o Centro-Oeste (de 49,3% para 68%).

"É na região Nordeste que a participação da renda dos programas sociais é mais relevante", afirma o levantamento, ao lembrar a fatia de quase 80% dos programas sociais na composição da renda das famílias em situação de extrema pobreza na região.

Segundo Flávio Ataliba, coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV Ibre, a ideia do levantamento surgiu de um estudo anterior que mostrou redução de mais de 50% da parcela da população em extrema pobreza entre 2021 e 2023, quando caiu de 9% para 4,4%.

Cresce participação de outras fontes



Fonte: MDS, MTE, MPS. Elaboração: LCA Consultores. *Participação na massa ampliada. Outras fontes compreendem: BF, AE, BPC, Auxílio Gás, seguro-desemprego, INSS

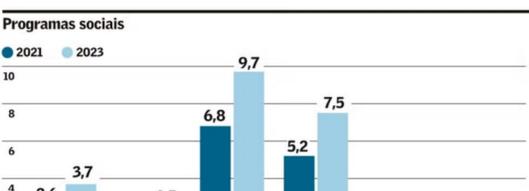
"Desconfiávamos que essa redução se devia ao aumento do Bolsa Família e ao mercado de trabalho fortalecido. Mas decidimos mergulhar nos números para entender", conta. "E, para a nossa surpresa, constatamos que o mercado de trabalho teve pouca influência na redução da condição de extrema pobreza. Foram os benefícios sociais que ganharam relevância."

O foco do estudo no Nordeste é justificado pelo fato de ser a região onde vivem 4,8 milhões dos 9,5 milhões em condição de extrema pobreza, acrescenta.

O crescimento do percentual dos programas sociais e a diminuição da taxa correspondente ao trabalho é intrigante no momento em que o mercado está bastante aquecido, registrando recordes na criação de vagas e alta dos rendimentos provenientes do trabalho.

Forte crescimento dos programas sociais

Participação na renda domiciliar per capita - população total (em %)



Fonte: Pnad Contínua, IBGE. Elaboração: FGV Ibre - Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste.

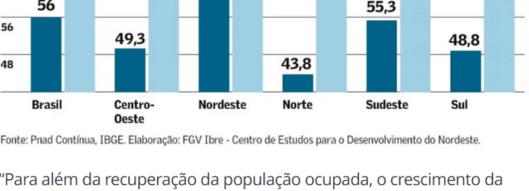
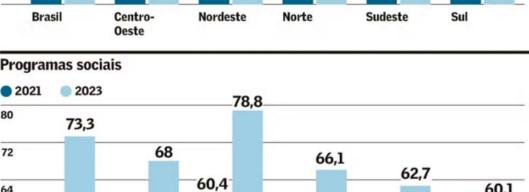
Economistas, argumentam, contudo, que isso é explicado pela aceleração mais forte da renda proveniente de programas sociais do que a do trabalho

"Se a massa de renda do trabalho está crescendo e perdendo participação na massa ampliada, isso significa que as demais fontes de renda estão crescendo mais que a do mercado de trabalho", afirma Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores.

Ao longo de 2022 e 2023, a massa salarial teve forte crescimento, lembra Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria.

Peso da política social para mais pobres

Participação na renda domiciliar per capita - extrema pobreza (em %)



Fonte: Pnad Contínua, IBGE. Elaboração: FGV Ibre - Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste.

"Para além da recuperação da população ocupada, o crescimento da massa foi beneficiado pela valorização do salário mínimo", afirma Assis, ao mencionar o reajuste de R\$ 1.212 para R\$ 1.302, efetivado em janeiro de 2023, e o para R\$ 1.412, que passou a vigorar em janeiro deste ano.

Por outro lado, ele argumenta, a forte injeção de recursos federais previdenciários e assistenciais impulsionaram o crescimento da renda proveniente dos programas sociais nos três últimos anos.

Ele cita como exemplos as rodadas do Auxílio Emergencial em 2020 e 2021, a transformação do Bolsa Família em Auxílio Brasil, assim como a elevação do valor de R\$ 200 para R\$ 600 em 2022, a inclusão de 7 milhões de famílias, além do benefício adicional por criança na última reformulação do programa, em 2023, quando voltou a se chamar Bolsa Família.

Soma-se a isso, a ampliação de benefícios previdenciários e acidentários emitidos pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e o choque positivo da valorização do salário mínimo no Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS), diz.

Assis argumenta que tanto a perda de espaço do trabalho quanto o crescimento da renda de programas sociais são mais acentuados no Nordeste pelo fato de a região ter mais pessoas em situação de vulnerabilidade econômica.

O reajuste do BPC e de outros benefícios previdenciários pela regra do salário mínimo é apontada por economistas como um empecilho para equilibrar as contas públicas. A ideia de desvincular, no entanto, já foi descartada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Participação

O estudo do FGV Ibre confirma que a dinâmica do mercado de trabalho possui estreita relação com a situação de pobreza.

Na tentativa de mostrar as diferenças de inserção no mercado de trabalho entre a população total e a população em extrema pobreza, o estudo mostra que a taxa de participação - parcela da população em idade para trabalhar que está ocupada - subiu de 60,6% em 2021 para 62,4% em 2023 no Brasil. No período, a taxa de desocupação caiu de 14% para 7,8%.

O Nordeste, contudo, é a única região cuja taxa de desemprego permanece acima da nacional (11%), o que também ajuda a explicar a maior importância dos programas sociais na renda domiciliar de quem vive ali.

"A desocupação no Brasil é de 7,8%, mas no Nordeste é de 11%, quase três pontos acima da nacional. É como se houvesse uma dinâmica no mercado de trabalho a uma velocidade no Brasil, e outra a uma velocidade diferente no Nordeste", diz Ataliba, ao notar que a taxa de participação da região é de 54,4%, a mais baixa do país.

O estudo afirma que pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza possuem um acesso precário ao mercado de trabalho. Além de terem maior dificuldade de obter ocupação, quando a conseguem, geralmente são em postos informais e de remuneração baixa.

"Quando olhamos para programas sociais, temos de avaliar que o aumento de renda é positivo para uma população com acesso muito precarizado ao mercado de trabalho. Se houvesse um mercado de trabalho mais dinâmico, com crescimento gerando [mais] oportunidades, haveria maior absorção dessas pessoas também", afirma Vítor Hugo Miro, pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste.

Ele nota que quanto mais à margem uma pessoa está do mercado de trabalho, maior a importância dos programas sociais para ela.

“Mercado de trabalho teve pouca influência na redução da condição de extrema pobreza”

— Flávio Ataliba

Ao analisar a população em situação de pobreza extrema, o estudo revela que enquanto a taxa de participação caiu de 40,6% em 2021 para 31,6% em 2023, a de desocupação foi de 60,8% para 59,8% no período.

O texto aponta ainda a redução da taxa de participação dos extremos pobres como forte evidência de um mercado de trabalho que não absorve a mão de obra disponível e dos efeitos diretos de mudanças feitas nos programas sociais, como aumento da cobertura e do valor das transferências.

"A ampliação da participação da renda proveniente de programas está associada à reduzida taxa de desocupação no Brasil devido ao potencial desincentivo à busca por ocupação, gerado tanto pelo próprio aquecimento do mercado de trabalho quanto pelo aumento dos benefícios sociais e previdenciários vinculados ao salário mínimo, permitindo membros do domicílio a se dedicarem a outras atividades não remuneradas, como estudos ou afazeres domésticos", diz Assis.

O Nordeste ostenta o pior quadro dentre as regiões no que diz respeito à participação no mercado de trabalho. Enquanto a taxa de participação passou de 38,2% para 29,5% entre 2021 e 2023, a de desemprego subiu de 54,4% para 57,6%.

As outras regiões seguiram o padrão nacional, ou seja, de queda de ambas as taxas.

"O ideal é que as pessoas se formalizem, participem da atividade. Mas as características da região são muito mais difíceis que na média nacional", afirma João Mário de França, pesquisador do centro do FGV Ibre. "Além de um mercado de trabalho muito menos aquecido, a escolaridade no Nordeste é menor que a média nacional."

Segundo França, pensando no médio e longo prazo, é necessário investir em educação para que os extremamente pobres consigam sair da situação de vulnerabilidade e acessem o mercado. Esse tipo de investimento também ampliaria a possibilidade de inserção laboral das gerações futuras, afirma.

O estudo mostra, por fim, que a taxa de informalidade passou de 39,5% em 2021 para 39,2% em 2023 em todo o país, mas no Nordeste atinge 52,1% das pessoas ocupadas.